

**CAPÍTULO 02 – ANDAMENTO DO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL DO
COMPONENTE INDÍGENA**

Anexo 8.1 – 7 – Detalhamento da 1ª oficina

1. Introdução

Este relatório apresenta de maneira sistematizada as discussões e atividades ocorridas no âmbito da 1ª Oficina de construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Juruna do Km 17, realizada na aldeia Furo Seco, na TI Paquiçamba, entre os dias 13 e 16 de junho de 2016.

Durante a oficina, buscou-se construir de forma coletiva conceitos de gestão territorial indígena a partir de reflexões e entendimentos dos próprios indígenas e fomentar discussões sobre instrumentos de gestão territorial indígena tradicionais e novos – diagnósticos, planejamentos, etnomapeamentos, etnozoneamentos e planos de gestão territorial e ambiental - além de estimular discussões acerca da importância da participação e papel de diferentes atores das comunidades na gestão de seus territórios e no processo de construção dos PGTAs.

Para a realização da oficina uma equipe da executora se mobilizou e trabalhou durante os quatro dias de encontro de acordo com as seguintes funções (**Quadro 1**):

Quadro 1. Membros da equipe da Verthic que participaram da oficina

Função	Nome
Coordenação e Facilitação	Igor Ferreira
Moderação e Facilitação	Patrícia Andrade Machado
Relatoria	Alice Villela
Monitoria	Renata Utsunomiya
Monitoria	Hilto Nascimento
Monitoria	Pauri Wajãpi
Monitoria	Janaïma Wajãpi

2. Objetivos e metodologia

A oficina de introdução à Gestão Territorial Indígena e aos PGTAs teve como principais objetivos: (a) sensibilizar as comunidades quanto à importância de se discutir a gestão territorial das TIs Paquiçamba, Arara da VGX e Juruna do Km 17, e (b) nivelar e qualificar entendimentos básicos necessários para a compreensão de instrumentos de gestão territorial previstos na PNGATI com ênfase nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTAs.

Durante toda a oficina foi adotada uma metodologia dialogada, o que resultou em dinâmicas e atividades que estimularam a participação e discussão dos indígenas durante o processo formativo. Buscou-se valorizar os conhecimentos e estratégias tradicionais que já são utilizados na gestão territorial realizadas pelos povos Arara e Juruna. Portanto, a oficina não foi conduzida como uma série de palestras e sim de maneira a criar um diálogo entre os conhecimentos do facilitador e os conhecimentos dos participantes.

Ao longo dos dias de encontro foram estabelecidos os Comitês de Relato (**Quadro 2**), duplas de participantes que deveriam fazer a relatoria do que foi discutido no dia anterior. Além de ser mais uma ferramenta participativa, com os Comitê de Relato ao início de cada dia foi possível lembrar os participantes os principais pontos trabalhados e informar os que não puderam estar presentes no dia anterior sobre o conteúdo das discussões.

Quadro 2. Comitês de Relato

Comitês de Relato		
Quem	Aldeia	Dia
Ronaldo e Antônio	Furo Seco	14/06
Eliete e Aldenira	Paquiçamba	15/06
Gelson e Gilvany	Miratu/ Juruna do km 17	16/06

O relatório está organizado por temas que coincidem com os conteúdos trabalhados em cada dia da oficina, conforme o **Quadro 3** abaixo:

Quadro 3. Temas organizadores

	1º. dia	2º. dia	3º. dia	4º. dia
Temas Trabalhados	Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas: conceitos indígenas e desafios à gestão.	Jeitos de fazer a gestão territorial indígena: a experiência de gestão dos Wajãpi e o “nosso jeito”.	Instrumentos de gestão territorial indígena: introdução aos instrumentos (PNGATI) e etnomapeamento.	Diagnóstico e planejamento: forças, fragilidades, ameaças e oportunidades na gestão territorial indígena: o que ajuda e o que atrapalha a cuidar das nossas terras; matriz FOFA; exercício de Plano de Ação e avaliação

Parte do relatório que corresponde	3	4	5	6 e 7
------------------------------------	---	---	---	-------

3. Introdução à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas: Conceitos e desafios

3.1. Abertura da Oficina

A abertura da oficina foi realizada pela moderadora que propôs uma atividade lúdica de apresentação. Nesta atividade, os participantes deveriam, além do nome, dizer o que esperam da oficina. A maioria dos indígenas mencionou a vontade de ter mais conhecimentos e de aprender, outros enfatizaram a necessidade de que esse conhecimento apreendido sirva de forma prática às comunidades. Ronaldo, liderança da aldeia Furo Seco, disse esperar que “(...) cada um saia com um pouco de conhecimento sobre a importância do PGTA para enfrentar nossos problemas”. Diversos indígenas ressaltaram a importância das comunidades trabalharem juntas: “(...) para que cada um se entenda e chegue num objetivo só” (Antônio) ou ainda como afirmou Vanilda: “Se os nossos problemas são uma rocha, espero que a gente se reúna e empurre essa rocha juntos”. Eliete mencionou a possibilidade da construção do PGTA fortalecer as comunidades politicamente na relação com os interlocutores externos: “Espero que a gente possa aprender para que a oficina clareie a cabeça (...) a oficina é muito importante para que a gente não apanhe tanto como tem apanhado”.

Após as apresentações a moderadora conduziu a elaboração dos acordos de convivência e horários durante os dias de oficina (ver **Figura 1**). Entre os acordos, destaca-se o compromisso de participar, chegar no horário, ouvir o outro, compromisso da equipe em explicar direito e repetir se for preciso, além da garantia de transporte para o pessoal das outras aldeias.

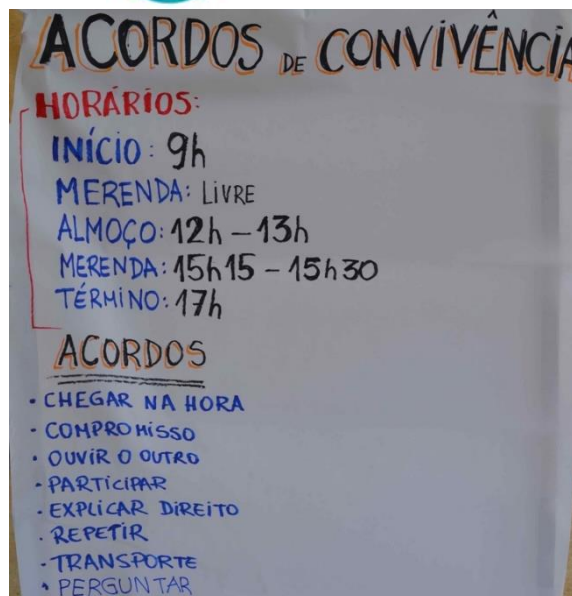


Figura 1. Acordos de convivência da Oficina

3.2. Processo de construção do PGTA

Ainda neste primeiro momento, o facilitador expôs as atividades a serem realizadas durante os dias de encontro e apresentou um cronograma das oficinas gerais para construção dos PGTAs nas TIs Paquiçamba, Arara da VGX e Juruna do Km 17. Serão seis oficinas grandes com todas as aldeias, a segunda está prevista para acontecer na Aldeia Miratu em setembro e a terceira na aldeia Terrawangã em dezembro. Estão previstas outras três oficinas para o ano de 2017, cujas datas serão definidas no início de 2017 em conjunto com as comunidades. O facilitador explicou aos participantes que o trabalho não se encerra nas oficinas, entre uma oficina e outra estão prevista algumas atividades que serão acompanhadas pela equipe da Verthic dentro do “período de dispersão”, conforme esquematizado na **Figura 2**.



Figura 2. Cronograma das oficinas gerais para a construção do PGTA. 13/06/2016

O facilitador enfatizou que os Juruna e Arara já começaram o PGTA pois trabalharam junto à equipe da executora nas caracterizações socioambientais das TIs, diagnósticos e mapeamentos no âmbito do Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA – CI e que este trabalho será utilizado para a elaboração do PGTA. Enfatizou-se, também, que tudo o que for discutido nas oficinas do PGTA será sistematizado para que as comunidades tenham acesso às reflexões e discussões acumuladas.

3.3. Conceitos dos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu

Na tarde do primeiro dia da oficina foram realizadas algumas atividades que culminaram na elaboração de uma definição de Gestão Territorial por parte dos indígenas participantes da oficina. A seguir serão descritas as principais etapas e apresentadas as sistematizações dos conceitos elaborados.

A moderadora propôs um vitalizador¹ que terminou com a formação de grupos de trabalho para a atividade de elaboração dos conceitos relacionados à gestão territorial indígena. Divididos em grupos, os indígenas deveriam elaborar definição dos

¹ Atividade estruturada para dar vitalidade aos participantes, torna-os física e mentalmente alertas e estimular interações do grupo.

seguintes conceitos: natureza, cultura, gestão, terra indígena, sustentabilidade, meio ambiente, recurso natural, impacto e natureza. Após cada grupo registrar em flip-chart, deveriam apresentar suas definições para a turma toda. Abaixo o detalhamento dos grupos e os respectivos conceitos a serem trabalhados:

- **Grupo 1**

Integrantes: Eliete, Arlete, Ocilene, Valdelena, Aldenira.

Conceitos: Terra Indígena e Gestão

- **Grupo 2**

Integrantes: Ronaldo, Odimar, Cleison, Adalton, Francisco, Tião.

Conceitos: Território, Sustentabilidade e Cultura

- **Grupo 3**

Integrantes: Janayma Wajãpi, Marizan, Antônio e Vanilda.

Conceitos: Meio Ambiente – Recurso Natural

- **Grupo 4**

Integrantes: Marcia, Gelson, Romildo, Carlos, Pauri Wajãpi

Conceitos: Impacto e Natureza

O trabalho de definição de cada conceito realizado nos grupos foi bastante rico, envolvendo os participantes em discussões e reflexões. Ao final da atividade, representantes de cada grupo apresentaram para o coletivo as suas definições. Se no início os participantes afirmaram diversas vezes que não sabiam muito e que teriam dificuldades em realizar a atividade, ao final, ficaram satisfeitos com as apresentações. Os conceitos definidos pelos indígenas conformam um glossário de termos relacionados à gestão territorial que deverá ser empregado durante toda a construção do PGTA. No **Quadro 4** a seguir o glossário é apresentado:

Quadro 4. Glossário dos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu

Glossário dos conceitos dos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu	
Conceito	Definição
Cultura	<p>É a identidade de um povo. Por exemplo: alimentação, rituais, pinturas, história, religião, linguagem.</p> <p>São as atividades tradicionais (caça, pesca, roças e medicinas tradicionais, transportes).</p>
Sustentabilidade	<p>Usufruir de modo moderado de algo que possa gerar um círculo, que possa ter continuidade.</p> <p>Ex: ter como continuar seguindo nossa cultura forte.</p>
Território	<p>Uma região ocupada por um ou mais de um povo. Por exemplo: Terra Indígena, quilombola, reserva e unidades de conservação.</p>
Meio Ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não desmatamento; 2. Conservação dos rios e igarapés; 3. A preservação dos animais 4. Respeitar o tempo da piracema dos peixes. <p>Obs: não jogar lixo no rio.</p>
Recurso Natural	<p>É tudo que a natureza oferece para a nossa alimentação e renda. Por exemplo: açaí, andiroba, copaíba, castanha, abacaxi, cupú, cacau, cumaru, pequi, caça, babaçu. Tem também água, de onde tiramos os peixes.</p>
Impacto	<p>Tudo aquilo que traz destruição à natureza e ao meio ambiente, e mudança no estilo de vida das pessoas. Por exemplo: Hidrelétrica de Belo Monte, seca, mortandade dos peixes, água suja, desmatamento, queimadas, alimento de pragas, escassez de peixes.</p>

<p>Natureza</p>	<p>É vida, fauna, floresta, rios, terras, etc. . O que a natureza pode nos proporcionar: Exemplos: - Alimentos (caças, frutos, pesca); - Fontes de renda (roça, extração de castanha, açaí, bacaba); - Benefícios para o dia a dia (madeira para construção de casas, cipós para a fabricação de paneiros, peneiras, vassouras). - Artesanato e artefatos: colares, pulseiras, chapéus, arcos, flechas, remos.</p>
<p>Gestão</p>	<p>É buscar conhecimento, planejar, definir papéis, fazer acontecer. “Planejar, colocar em prática, finalizar, esse é o papel da gestão”</p>
<p>Terra Indígena</p>	<p>É onde um povo indígena vive, uma terra protegida pelos índios, os indígenas protegem, de onde tiram seu sustento, é preservar a fauna e a flora. “Terra Indígena é terra protegida”.</p>

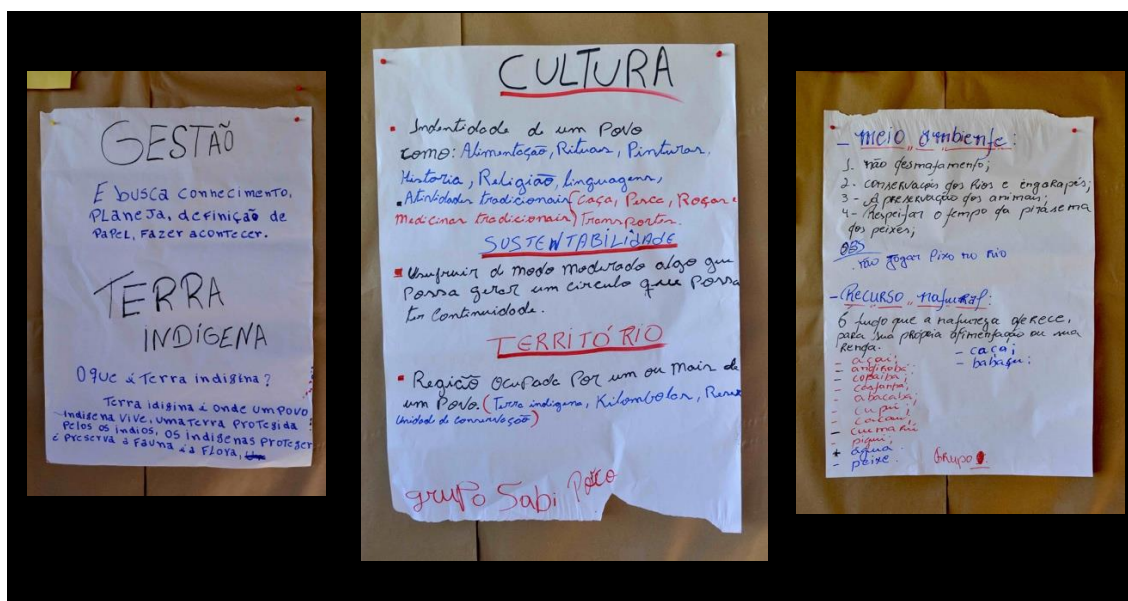


Figura 3. Alguns conceitos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu. 13/06/2016

Após as apresentações dos conceitos o facilitador fez uma fala procurando

sistematizar e complementar algumas ideias que apareceram nos grupos. O facilitador iniciou resgatando a definição de CULTURA apresentada nos grupos e que remete aos **modos de vida**, que tem a ver com jeito que os povos indígenas caçam, pescam, fazem roça e ao modo como os indígenas vivem. A ideia de SUSTENTABILIDADE tem a ver com **continuidade**, com uma coisa que não acaba. A ideia de TERRITÓRIO tem a ver com uma **região ocupada por um povo**. Para falar de MEIO AMBIENTE, os participantes trouxeram a ideia de respeito ao meio ambiente, e sobre o que seja RECURSO NATURAL, apareceu a definição: **“tudo o que a natureza oferece”**, e o que usamos da natureza para ter nosso modo de vida. A ideia de IMPACTO trouxe a **destruição e mudança na vida de um povo**, e a NATUREZA foi definida como sinônimo de **vida**. O conceito de GESTÃO apareceu como sinônimo de **planejar, colocar em prática** e o de TERRA INDÍGENA, como sendo o lugar **onde os indígenas vivem** de maneira protegida. O facilitador falou sobre a diferença entre Terra Indígena e território. Se o território pode ser entendido como o lugar onde os indígenas circulam (ex. as ilhas antes de serem incluídas na TI Arara), a Terra indígena traz também a ideia de direitos.

Em seguida, a partir dos conceitos estabelecidos pelos indígenas, o facilitador e a moderadora conduziram a discussão para a elaboração de um conceito, a partir da visão dos participantes, de *Gestão Territorial Indígena*. O facilitador propôs que os participantes aprofundassem o conceito de gestão e, enquanto os indígenas falaram, ele anotou no flip-chart:

Gestão é:

- Proteger (Eliete)
- Tomar conta (Marizan)
- Cuidar (Eliete)/ identificar os limites (Antônio)
- Planejar (Ronaldo)
- Conhecer (Márcia) / registrar – foto monitoramento (Ronaldo)
- Demarcar (Gelson)
- Conservar (Antônio)
- Fiscalizar (Adalton)

Após esse detalhamento, o facilitador conduziu o grupo a sintetizar o que seja *Gestão Territorial Indígena* a partir dos conceitos formulados pelos participantes. A definição

final elaborada em coletivo ficou da seguinte maneira (**Figuras 4 e 5**):

Gestão Territorial Indígena é cuidar para que os indígenas tenham uso exclusivo e segurança desse território. Para garantir o futuro das crianças e do modo de vida de um povo.

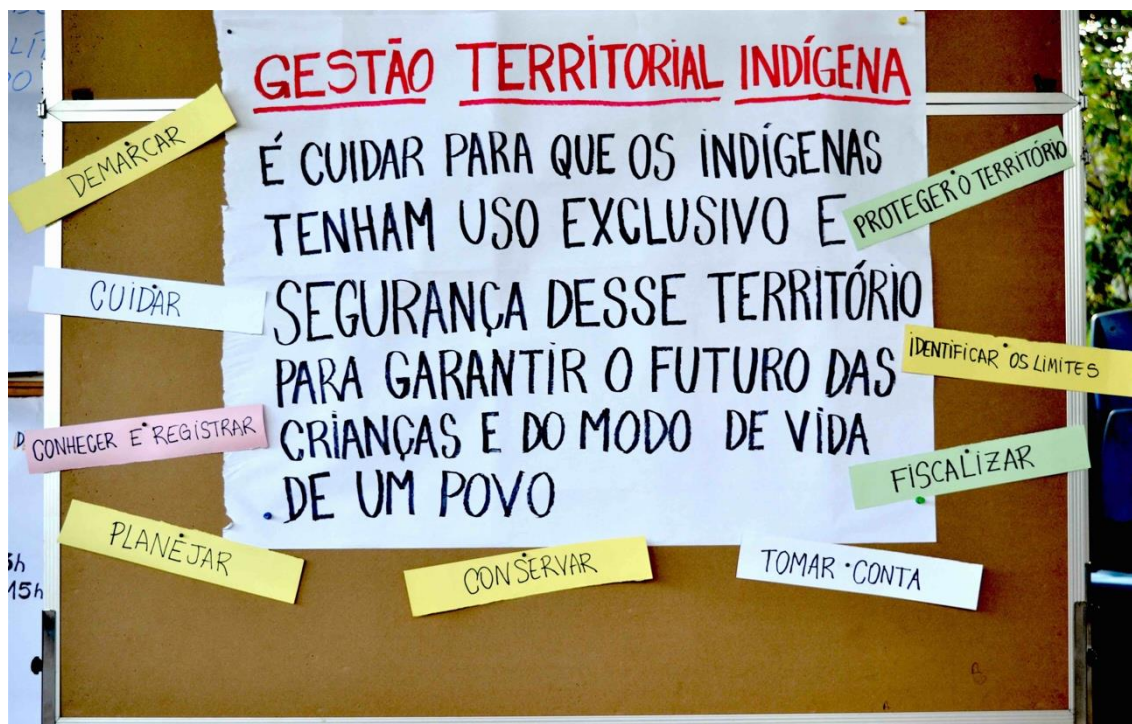


Figura 4. Conceito de Gestão Territorial Indígena dos povos Juruna e Arara da VGX. 13/06/2016

Enquanto o grupo formulou a definição de Gestão Territorial muitos depoimentos enfatizaram as ameaças às TIs citando exemplos de invasões, dificuldades nas desintrusões e falta de segurança dentro das aldeias. Ronaldo demonstrou ter entendido muito bem a proposta do Plano de Gestão ao afirmar que: “Está tudo aí [no conceito de gestão]. Nesse planejamento nosso, a gente pode ficar com mais desenvoltura para lidar com todos esses casos. Hoje ainda estamos na ‘lei do bravo’”. A “lei do bravo” é uma referência à falta de segurança dentro das TIs e ao fato dos indígenas terem que resolver pessoalmente questões relacionadas às invasões. Além disso, o indígena afirmou que o Plano serve para pensar no futuro das crianças: “ (...) se eu não cuidar da terra, daqui uns anos não tem mais. Vou tirar umas fotos do Xingu para guardar, meus netos vão conhecer só por foto”.

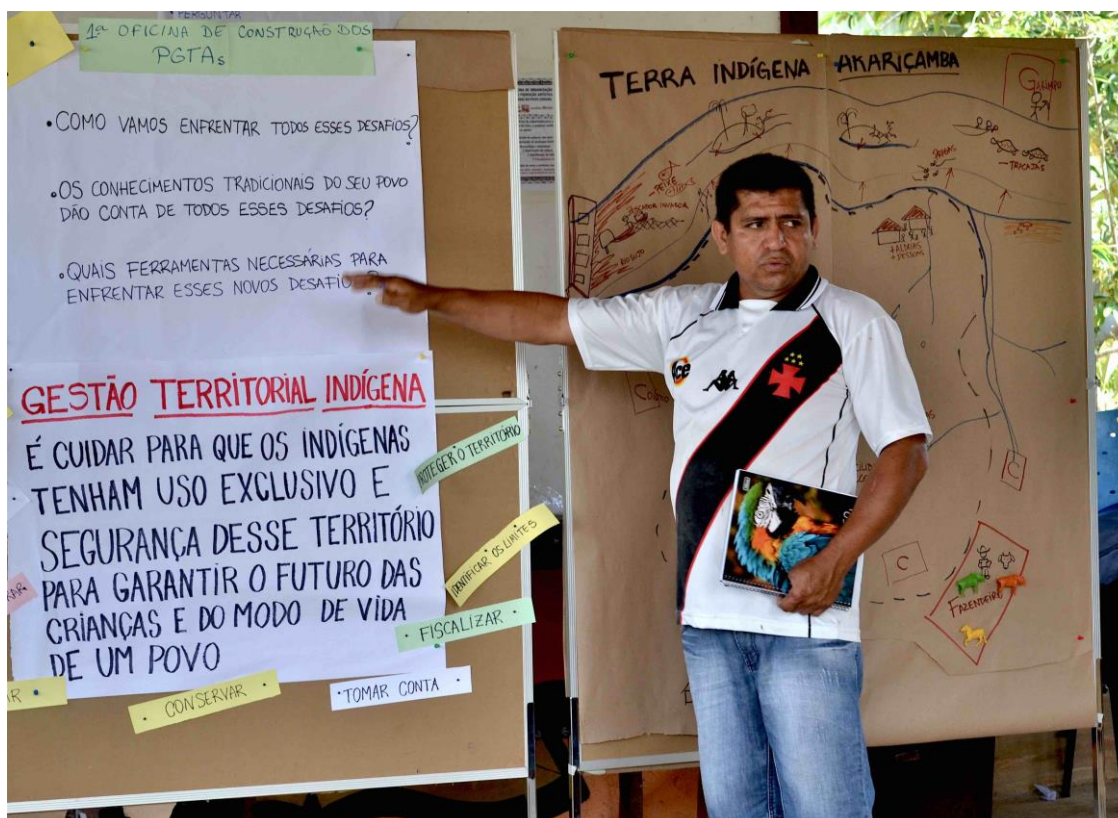


Figura 5. A liderança do Furo Seco (Ronaldo) fala sobre o conceito de gestão.13/06/2016

3.4. Desafios à gestão territorial indígena

Para discutir os desafios à gestão territorial indígena o facilitador lançou a seguinte questão ao grupo:

- Por que discutir gestão territorial indígena nos dias de hoje?

Em discussão inicial os indígenas responderam: “Porque os recursos estão acabando” (Cleison) e, ainda, “Por causa das políticas que estão mudando” (Adalton). O facilitador comentou que o Plano de Gestão pode ser um importante instrumento de pressão política, que possibilita fortalecer a organização dos povos, para que os problemas possam ser resolvidos e para que o Estado possa dar uma resposta mais eficaz aos desafios que enfrentam os povos indígenas. O facilitador comentou a fala do Adalton sobre a mudança das políticas e explicou do que se trata a PEC 215. Uma das maneiras de mostrar para os interlocutores externos que a Terra Indígena é usada e “não é terra de ninguém” é fazendo o plano de gestão.

Em seguida, o facilitador e a moderadora explicaram a próxima atividade. A proposta consistiu na criação de uma Terra Indígena imaginária, com levantamento das ameaças e desafios que incidem nela. Se a Terra Indígena deveria ser hipotética, a proposta consistiu em pensar nos desafios reais que os Juruna e os Arara enfrentam e trazer para o exercício.

A monitora Renata desenhou a TI imaginária (**Figuras 6 a 8**) no painel de moderação, que os participantes nomearam de Terra Indígena “Arariçamba”. Os desafios listados pelo grupo foram os seguintes: retirada dos colonos/ocupantes, madeireiros, pescadores, caçadores, garimpeiros, turistas (lixo e pesca), empreendimentos, desmatamento, sumiço da caça e dos peixes, aumento dos mosquitos, água suja, fazendeiros, bebida alcólica (facilidade) e a imagem negativa que os não indígenas tem deles.

Enquanto a monitora desenhava no mapa imaginário os desafios, os participantes discutiram os problemas a serem enfrentados. O facilitador e a moderadora provocaram questões, por exemplo, questionando se todo impacto é negativo e se há desafios que vem de dentro da comunidade como por exemplo o crescimento da população e a falta de recursos para dar conta desse crescimento. Ronaldo afirmou que o impacto bom pode virar ruim.



Figura 6. Terra Indígena hipotética sendo desenhada pela monitora.



Figuras 7. Terra Indígena hipotética.



Figura 8. Antônio da aldeia Furo Seco fala sobre a TI hipotética

Sobre os desafios internos aos povos, o grupo discutiu bastante a escassez dos recursos e citaram a diminuição dos tracajás e do porcão. Os indígenas disseram que muitas pessoas não respeitam as regras: “Antes só pegava tracajá no inverno, agora não, ninguém respeita” (Adalton) e, em relação à caça do porcão, Eliete disse que o pessoal não pode reclamar porque no ano passado as pessoas mataram bandos de mais de cem porcos.

Outro desafio interno às comunidades é a preservação da cultura juruna e arara e o alcoolismo. Vários indígenas reforçaram a ideia de que o alcoolismo aumentou muito por conta da construção das estradas pelo empreendimento hidrelétrico, que passam no entorno das aldeias: “Antes era mais difícil ir para cidade. Não tinha moto, não tinha essa estrada” (Eliete). Marizan afirmou que “ (...) o problema da bebida já é uma cultura dos índios da Volta Grande. Quando vêem os mais velhos bebendo, os novos já começam a beber”.

Muitos indígenas demonstraram preocupações com os mais jovens que estão aprendendo a beber cada vez mais cedo, e por outro lado não demonstram interesse pelo modo de vida e pelas atividades tradicionais (caça, pesca, etc). Nas falas de alguns indígenas apareceram propostas para enfrentar o problema do alcoolismo, como a ideia da promoção de palestras nas aldeias alertando para os riscos e perigos que representam o álcool, e para o trabalho junto às escolas indígenas na preservação da cultura.

4. Jeitos de fazer a gestão territorial indígena

4.1. A experiência de gestão dos Wajãpi

A participação dos indígenas Wajãpi na oficina foi essencial (**Figura 9**). Os Juruna e Arara mencionaram em diversas situações o quanto gostaram de ver a experiência dos “parentes” na gestão do seu território e perceber que mesmo sendo um povo muito diferente deles, enfrentam problemas semelhantes. Os Wajãpi distribuíram um exemplar da publicação: “Mosikoa’ y rã kō - Plano de Ação Wajãpi” que detalha o Plano de Ação do povo Wajãpi para cada aldeia Arara e Juruna.

A seguir os principais pontos presentes na explanação dos monitores Wajãpi: Janaima Wajãpi e Pauri Wajãpi serão explicitados, bem como os temas centrais que geraram discussões no grupo.



Figura 9. Os Wajãpi apresentam seu Plano de Gestão

4.1.1. O Plano de Gestão Socioambiental da TI Wajãpi

O Plano reúne os acordos sobre como os Wajãpi vão continuar trabalhando para fortalecer sua organização social, seus conhecimentos e práticas, para enfrentar os desafios de hoje e do futuro, vivendo de forma sustentável na terra demarcada. Garantindo também que as políticas públicas respeitem as suas decisões, jeitos de viver, de ocupar e usar a terra de uma maneira controlada.

4.1.2. Por que fizeram o plano?

Os Wajãpi lutaram muito para conseguir que a sua terra fosse demarcada e homologada. Mas depois dessa conquista perceberam que ainda tem muitos desafios. A TI Wajãpi foi demarcada e homologada em 1996 e tem pouco mais de 607.000 ha. Hoje, são 93 aldeias espalhadas pela Terra Indígena e uma população de 1.150 habitantes.

As aldeias são espalhadas: têm aldeias distantes e aldeias nas regiões centrais. Os Wajãpi não moram todos juntos e o jeito deles de fazer as aldeias é mudar conforme fazem as roças. Nas aldeias moram famílias extensas e nucleares; não mora muita gente numa aldeia. Cada família ocupa mais de um lugar: tem aldeias nas regiões centrais, mas também fazem roças, caminhos e casas nas regiões mais distantes, onde passam uma parte do ano.

Os Wajãpi estão divididos em 5 sub-grupos que tem sotaques, conhecimentos, narrativas e jeitos diferentes de fazer as coisas. Esses sub-grupos circulam por

regiões específicas do território. As famílias mudam de aldeia dentro das regiões e de acordo com os casamentos.

Os Wajãpi não moram muito tempo no mesmo lugar. Mudam de aldeia porque procuram lugares bons para fazer roças, para fazer vigilância dos limites, e para buscar regiões fartas de peixes, caças e palhas. Sempre que esses recursos estão acabando, eles se mudam.

Os Wajãpi têm vários tipos de chefes: cada vez que abrem uma aldeia, o fundador desta aldeia é um chefe. Também têm chefes regionais e chefes familiares. Então, não existe um chefe que fala em nome de todos os Wajãpi. Para enfrentar os desafios de viver numa terra demarcada, que é coletiva, criaram o Conselho das Aldeias Wajãpi Apina: nele se reúnem todos os chefes para decidir por consenso.

Criaram o Apina para enfrentar desafios de hoje em dia, pensando no presente e no futuro: como viver dentro da nossa terra de um jeito que garanta nossos meios de vida? Antigamente o território era bem maior e não precisavam ter as preocupações que têm hoje para cuidar da terra. Antes, a vida wajãpi era decidida no âmbito familiar. Agora a terra é limitada e a população wajãpi está crescendo, além disso, enfrentam mudanças no ritmo da vida e pressões no entorno. Para dar conta desses desafios é necessário que se tome decisões coletivas sobre assuntos novos.

4.1.3. Como fizeram o plano?

Para fazer o plano, trabalharam por 5 anos (com apoio de muitos projetos, mas principalmente do PDPI/MMA), para diagnosticar os problemas socioambientais, refletir sobre suas **causas** e debatê-las. Também para discutir e sistematizar **acordos** sobre como se organizar para continuar se fortalecendo e vivendo bem nas suas terras.

Primeiro, os Wajãpi sistematizaram os diagnósticos socioambientais que fizeram nos últimos vinte anos, para ver os problemas que estavam acontecendo. Depois, fizeram muitas reuniões nas aldeias, para debater com as famílias esses problemas e discutir suas causas. Em seguida, voltaram a fazer reuniões nas aldeias, ajudando as pessoas a pactuarem consensos sobre como trabalhar para resolver as causas dos problemas.

Os Wajãpi organizaram os problemas e suas causas em quatro eixos: roças, caças, peixes e palhas (materiais para casas e artefatos). Eles descobriram que os porquês dos problemas ambientais são sociais e políticos, por isso, pensaram em outros três

eixos: participação de todos na gestão socioambiental da TIW, mobilidade das famílias entre diferentes aldeias da TIW e jeitos próprios de orientar os jovens para o futuro.

4.1.4. Ações do Plano de Gestão Wajãpi mais discutidas

- **Criação de fundos de vigilância e ocupação dos limites**

Os fundos de vigilância são feitos com contribuições das pessoas que recebem dinheiro (assalariados ou aposentados) para compra de equipamentos para limpeza das picadas de demarcação da TIW. Os fundos de ocupação são contribuições das pessoas que recebem dinheiro (assalariados ou aposentados) para ajudar as famílias que moram nos limites a comprar ou manter os equipamentos que precisam para continuar morando lá (baterias, placas, rádios etc.).

Os fundos funcionam da seguinte maneira: não são um fundo único de todos os Wajãpi – cada subgrupo que mora em uma região tem um fundo separado. Os fundos seguem a lógica das famílias: é assim que os Wajãpi se organizam. Cada fundo tem um coordenador, que cobra das pessoas, coloca na conta do banco, faz as compras e depois presta contas. Cada região decide qual é o valor das contribuições, qual é a regra para calcular as contribuições (quem tem um salário maior, contribui com mais dinheiro, por exemplo).

Os Juruna e Arara se interessaram bastante pela proposta do fundo e ficaram impressionados com a participação coletiva nas contribuições. Ronaldo quis saber se quando criaram o fundo o pessoal aceitou com tranquilidade em contribuir. O monitor Wajãpi explicou que de início não e que fizeram muitas reuniões para organizar o fundo, além disso, disse que para funcionar, existe a figura do coordenador que cobra os demais e quando o assalariado não deposita o dinheiro, a comunidade cobra e ele tem que pagar multas que são altas. Marineide comentou: “Eu vejo assim, a quantia não tem importância. Se for 100 reais e a coisa funcionar, todos vão colaborar sem problema. Se for 5 reais e não funcionar, ninguém vai gostar”.

- **Faixa da amizade**

O objetivo da faixa da amizade é evitar conflitos com os vizinhos que moram no assentamento Perimetral Norte e na RESEX Beija Flor Brilho de Fogo, além de evitar devastação no entorno da TIW. A proposta de diálogo com os vizinhos pareceu aos

Juruna e Arara uma ação bastante importante, eles questionaram se foi difícil sua construção. O monitor Wajãpi respondeu que foi bastante difícil no início, tiveram a presença da Funai em algumas reuniões com os vizinhos e que terminaram por produzir um documento com os acordos de uso das terras dos limites da TIW.

- **Áreas reservadas para reprodução das caças e peixes**

O objetivo de reservar áreas para reprodução das caças e peixes é ter alimentos para as próximas gerações do futuro. São lugares onde os Wajãpi não caçam, não pescam, não fazem roças e nem abrem caminhos de caça. No geral, são lugares antigos, que seus antepassados já deixavam reservados para as caças, para respeitar os donos das caças.

- **Vigilância e autodemarcação**

As estratégias de vigilância do território, principalmente as ações de criação do fundo de vigilância e a dispersão de diversas aldeias pequenas ao longo da área wajãpi geraram interesse e renderam boa discussão entre os participantes do curso. Outro ponto interessante, foi a realização da autodemarcação da TI Wajãpi pelos próprios indígenas. A este respeito, foi exibido o filme “Placa não fala” que aborda a participação dos Wajãpi na vigilância e demarcação de suas terras. Os Wajãpi foram o primeiro povo que realizou a autodemarcação, eles seguiram todos os passos estabelecidos pela Funai para a demarcação de TIs, mas ao invés do Órgão Indigenista contratar uma empresa para fazer a demarcação, os recursos para esta atividade foram para os próprios Wajãpi que se empenharam na atividade.

Ronaldo fez uma reflexão muito interessante a respeito do nome do documentário “Placa não fala”, ele comentou: “Porque se a pessoa não vigiar a terra, a placa não vai dizer para o invasor não entrar”. Além de fazerem a demarcação, os Wajãpi conheceram os limites, e fizeram aldeias nos limites, o que facilita a vigilância. O contato com a realidade wajãpi foi avaliada de maneira bastante positiva. Ao final da exposição dos “parentes” a liderança do Furo Seco falou: “Eu só tenho a agradecer ao dia de hoje. Os parentes trouxeram a experiência deles, o que eles falaram o filme acabou de mostrar. Para eles está funcionando, é muito diferente a realidade deles da nossa. A gente tem que ter o controle das nossas ilhas, das nossas terras. E temos que botar para correr esses pescadores e vigiar”. Eliete complementou: “Eles mostraram que não ficaram esperando as empresas, esperando ajuda. Tem muitas coisas que não dá para ficar esperando os outros fazerem. Esperando, esperando,

esperando... A gente está aqui dentro, o território é nosso, temos que ir lá e fazer”.

4.2. Pensando o “nosso jeito”

Durante todo o dia, apareceram muitas ideias e propostas de ações voltadas para a resolução dos problemas e enfrentamento dos desafios levantados no primeiro dia de oficina. O contato com a experiência de gestão territorial dos Wajãpi e com experiências de gestão de outros povos trazidas por meio de filmes exibidos, entre eles os documentários: “A gente luta mais come fruta”, que aborda diversas iniciativas de gestão dos recursos e vigilância das terras dos Ashaninka do Acre, e o filme sobre o manejo do Pirarucu entre os Paumari, iluminaram as discussões dos Arara e Juruna e trouxeram novas ideias de ações voltadas à gestão de seus territórios. A seguir a discussão é sistematizada por temas e propostas.

4.2.1. Manejo de recursos naturais: tracajá

Tanto nas experiências apresentadas pelos Wajãpi quanto no filme do povo Ashaninka diferentes iniciativas de manejo de recursos são apresentadas. Ronaldo sintetiza alguns dos pontos: “(...) na hora que eles viram que estava acabando eles se juntaram naquela união e remanejaram os tracajás para poder não acabar (...) este manejo do tracajá que a gente viu no filme deu uma luzinha lá no fundo do túnel”. Eliete falou a respeito da necessidade de pensar em áreas destinadas à preservação dos tracajás: “A gente faz assim: aquela área ali a gente vai preservar, deixar de pegar tracajá, é um meio de proteger para mais tarde não acabar”, e ressaltou a importância da conscientização das comunidades para a relevância desta ação. Marizan lembrou que não adianta preservar os recursos das TIs se não houver um controle das outras pessoas que entram nas Terras Indígenas de forma ilegal.

4.2.2. Turismo

Em relação ao turismo que acontece de maneira não organizada e ilegal nas TIs trazendo lixo, os indígenas comentaram que esta atividade pode ser revertida em uma forma de geração de renda para as comunidades. Trabalhando de modo a organizar o turismo, os indígenas devem estabelecer “o que o turista pode e o que não pode fazer” (Ronaldo).

4.2.3. Organização interna e parcerias

Ao longo das falas dos indígenas a palavra “união” apareceu muitas vezes. A “união” apareceu como uma ferramenta necessária para o enfrentamento dos desafios pelas comunidades, e como um elemento que não tem estado muito presente no seu dia a dia. Antônio, em mais de uma ocasião, trouxe a metáfora do parafuso: “Todo mundo junto, sendo um parafuso só. Em primeiro lugar união. Se não tem união não funciona”. Marizan colocou um ponto de vista um pouco diferente ao afirmar que não acredita “nesse negócio de união”. Foi discutido o fato da união poder ter o sentido de parceria e diálogo, e não implicar em amizade e em partilhar os mesmos pontos de vista em relação a tudo. Ronaldo expressou a dificuldade que tem no diálogo, enquanto liderança, com outras lideranças.

Se a “união” e a organização interna cabem às comunidades, para o enfrentamento dos desafios são necessários apoios e parcerias. Falou-se do papel da Funai e das lacunas que o trabalho desta instituição tem deixado nas aldeias, além da importância dos indígenas fazerem pressão nos órgãos com os quais dialogam por meio de documentos, fotografias, registros, como forma de fazer denúncias e exigir posicionamentos. Além disso, falou-se da relevância de se fortalecer as associações indígenas, tarefa que a Verthic deve auxiliar, para o melhor enfrentamento dos desafios. Eliete mencionou a importância de chegarem nos órgãos com projetos sistematizados: “Eu fui entender o papel da Verthic só no final do primeiro contrato. Vocês tem que ajudar a gente a fazer os projetos. Não adianta ir sem projeto”.

4.2.4. Vigilância

Muito se falou sobre a necessidade da vigilância e proteção das TIs. Além de fazendeiros, pescadores e caçadores ilegais, existem os turistas e os colonos do entorno que entram na área para retirada de recursos naturais; foi mencionado o problema da presença de ambulantes que entram nas aldeias sem autorização para venda de produtos. Discutiu-se a necessidade do compromisso das aldeias na atividade de vigilância e a proposta de se revezarem para garantir a proteção. Outra proposta foi a construção de guaritas nas entradas das aldeias. Marineide contou a experiência da aldeia juruna do Km 17, que fica bem próxima à estrada: “Nós falamos isso ontem no Km 17, sobre ter uma guarita. A noite a gente não tem mais segurança, por que fica entrando gente, só moto passando. Muitos vendedores ambulantes entram”.

Outra proposta bastante discutida foi a colocação de placas nos limites das áreas. Ronaldo falou: “Ajudaria muito na proteção se a gente conseguisse placas de proibido

caçar e pescar. Por que muitas vezes a gente encontra um pescador e ele fala: ‘não tem nem placa, não está dizendo nada’”. Gelson reforçou: “No rio o que mais acontece é isso. A gente encontra um pescador e ele fala que não tem placa falando nada. Por um lado, eles estão certos mesmo, não tem nada, nem placa falando lá para eles”. Ronaldo comentou da dificuldade em enfrentar os pescadores ilegais sozinho e o grupo discutiu que quem deve tirar os invasores da área são os órgãos competentes (Ibama, Funai e a Polícia Federal), mas que a comunidade pode fazer denúncias: tirar fotos, marcar no Gps e registrar em mapas onde estão os pontos de invasão. O registro das atividades ilegais é uma forma de aumentar pressão nos órgãos.

4.2.5. Alcoolismo

Em relação ao crescente consumo de bebidas alcoólicas, os participantes apresentaram algumas propostas de ações a partir de experiências que já estão realizando. Gelson contou que a aldeia Miratu instituiu algumas regras: “A gente fez reunião e decidiu uma regra: se a pessoa beber na aldeia, pode beber, mas vai perder alguma coisa. Vai perder a cota de gasolina, perder direito de outra coisa. Para que a pessoa veja que ela está errada. A princípio está dando certo, mas o problema é que dentro da aldeia dá certo, mas as pessoas saem para beber fora”. Adalton contou de uma festa que fez recentemente na sua aldeia e que “(...) não tinha nem refrigerante, nem bebida alcoólica do branco, só caxiri”.

O **Quadro 5** traz a sistematização das propostas:

Quadro 5. Sistematização das propostas - 2º. Dia

Sistematização das propostas – 2º. Dia de oficina	
Tema	Proposta
Tracajás	- conscientizar a população - criar área de preservação
Turismo	- organizar o turismo na região
Colonos	- estabelecer diálogo
Vigilância	- revezamento das aldeias - ter compromisso - guarita nas entradas - colocação de placas nos limites
Organização interna e parcerias	- mais “união” - mais diálogo - fortalecer as associações indígenas - buscar apoios e parcerias

Alcoolismo	<ul style="list-style-type: none">- estabelecer regras de consumo nas aldeias- estimular o consumo de caxiri, bebida tradicional.
------------	--

5. Instrumentos de gestão territorial indígena

5.1. Introdução aos instrumentos

Depois de trabalhar dois dias com os desafios e com as formas que os Juruna e Arara da VGX tem feito a gestão de seus territórios, o facilitador apresentou alguns instrumentos dos “brancos” que podem ajudar na gestão das áreas indígenas. Para tanto, apresentou com apoio de um filme e de um slide show a PNGATI- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, e algumas experiências que tem sido implementadas por diferentes povos indígenas. A seguir são apresentados os principais pontos da explanação do facilitador e uma síntese das discussões com os indígenas, que demonstram a compreensão dos participantes a respeito desta política.

5.1.1. Por quê foi feita a PNGATI?

A PNGATI foi construída com a participação dos povos indígenas e vem para reconhecer e apoiar a gestão ambiental e territorial que já é realizada por estes povos em suas terras. Essa política pública cria espaço e traz oportunidades para que povos indígenas e o Estado dialoguem em torno de um objetivo comum, e aliem suas forças para o enfrentamento das dificuldades e desafios que os povos indígenas brasileiros enfrentam nos dias de hoje.

5.1.2. O que são políticas públicas?

As políticas públicas são as ações realizadas pelo Estado com o objetivo de promover serviços e melhorias para a população. O facilitador questionou os participantes se alguma política pública atinge suas comunidades, ao que eles responderam afirmativamente citando: políticas de saúde, educação, Luz para todos e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (implementada na TI Juruna do Km 17). Foi discutida a dificuldade de fazer certas políticas saírem do papel e se efetivarem na prática. Marineide comentou: “Por isso que são importantes esses encontros, porque a gente coloca nossa dificuldade e vocês com conhecimento de vocês vão melhorando nossas ideias para melhorar as políticas públicas nas nossas comunidades (...) Então é válido para a gente entender o que pode e como pode melhorar”.

5.1.3. A história da PNGATI

- Anos 60 e 70

Iniciou-se um movimento de luta pelas demarcações e pelos direitos territoriais indígenas. Em regiões como a Amazônia, a expansão das frentes de ocupação com abertura de estradas e projetos econômicos obrigou o contato de muitos povos indígenas com os brancos. Nessa época, existia apenas o território de ocupação dos indígenas, não existiam Terras Indígenas, os limites não eram demarcados. Portanto, se não haviam TIs não existiam direitos. Foi um grande desafio a demarcação dessas terras.

- Anos 80

Nesta década, ocorreu a criação das primeiras associações indígenas. O ano de 1988 foi um marco e um avanço para os povos indígenas por conta da Constituição de 1988, que trouxe dois artigos que falam dos direitos dos povos indígenas: artigos 231 e 232. Os artigos falam que os povos indígenas têm direito a ter sua terra demarcada, e que têm o uso exclusivo dos recursos dessas TIs, além do direito a ter respeitadas suas culturas e modos de vida. A constituição de 1988 foi um marco, trouxe benefícios e coisas importantes para os povos indígenas.

- Anos 90

Aconteceu a Eco 92, foi uma ocasião importante em que se discutiram os problemas do meio ambiente aqui no nosso planeta. A poluição aumentou muito então o mundo resolveu sentar e fazer acordos, e isso aconteceu aqui no Brasil.

Foi nessa época que se implantou o PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal.

- 2000

PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas e Carteira Indígena. Além disso, o Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT. Isso significou que o Brasil assinou um decreto dizendo que essa Convenção tem força de lei no país, e a coisa mais importante da Convenção é que ela determina que os povos indígenas têm o direito de serem consultadas quando algum projeto interferir nas suas TIs. O facilitador enfatizou a importância da organização política dos povos indígenas para que tenham seus direitos respeitados.

- 2003

Teve o início o Projeto GATI. O facilitador mencionou que a TI Trincheira Bacajá, também situada no Médio Xingu é uma área de referência do Projeto GATI, e que hoje este projeto funciona como um projeto demonstrativo da PNGATI.

- 2004

Aconteceu pela primeira vez o Acampamento Terra Livre. Desde então é uma atividade anual, quando diversos povos indígenas do Brasil ficam acampados em Brasília para fazer pressão no Governo Federal, para que se respeitem os direitos dos povos indígenas.

- 2006

Criou-se a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). É um grupo formado por organizações indígenas, Funai e outras entidades para discutir problemas e políticas indigenistas.

- 2008

Criou-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). Depois de discutir alguns temas, começaram a fazer Consultas Regionais.

- 2012

Assinatura do Decreto 7.747/2012 que instituiu a PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

5.1.4. Objetivo central da PNGATI

De acordo com o art. 1º. do Decreto, o objetivo principal da PNGATI é:

[...] Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

O facilitador comentou a semelhança entre o objetivo central da PNGATI e a definição de gestão territorial formulada pelos indígenas no primeiro dia de curso, no que se

refere à proteção do território e à garantia da reprodução do modo de vida dos povos.

5.1.5. Instrumentos da PNGATI

- Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental e sociocultural e produtiva para os povos indígenas com base nos conhecimentos e saberes indígenas.
- Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.
- PGTA: Os PGTA's estão embasados nas noções de *autonomia*, *protagonismo* e *autodeterminação* dos povos, no que se refere à negociação e ao estabelecimento de acordos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como à construção coletiva de estratégias, ações e projetos de interesse das comunidades indígenas. Dessa forma, os PGTA's propiciam o fortalecimento dos sistemas próprios de tomada de decisão dos povos indígenas, contribuindo para a valorização do conhecimento dos povos indígenas sobre seus territórios e permitindo a transmissão de conhecimento entre gerações, entre outros benefícios.

O facilitador questionou os participantes sobre como os Wajãpi fizeram acordos de uso do território (etnozoneamento). O grupo se manifestou e ocorreu uma discussão bastante rica. Gelson lembrou que eles mesmos fizeram a história da terra deles. Marineide lembrou das "Faixas da amizade": "O que eu achei mais bonito que eles fizeram foi o diálogo da amizade, por que violência gera violência, e pela paz funciona. Não foi fácil para eles mas na amizade a coisa funciona melhor. Esses dias aconteceu uma experiência onde moro, um fazendeiro que mora do lado da nossa área entrou mais um pouco e não existe diálogo, a gente teve que falar com a Funai". Em relação à caça, os participantes do curso lembraram que os Wajãpi reservaram espaços dentro da Terra deles e chegaram num acordo, para que os filhos deles terem caça dentro da TI no futuro. Outra ação importante foi proibir a caça com cachorro.

O facilitador explicou do que se trata as noções de autonomia, protagonismo e

autodeterminação e um debate interessante se seguiu. Eliete falou que depois da oficina as comunidades vão ter que sentar e começar a conversar sobre os acordos de uso do território: “No começo eu acho que vai ser um pouco difícil, nem todos vão querer respeitar, mas depois, uma hora vão acabar respeitando, a hora que verem que todos estão participando e respeitando”.

Outro ponto bastante discutido foi a maneira como as comunidades podem se organizar para que haja participação da maior parte das pessoas. Novamente é Eliete quem se manifesta: “O que a gente tá fazendo aqui é um meio da gente se organizar. Até hoje a gente não estava organizado. Não foi feita uma conversa com calma, hoje está dando certo realmente. Eu acho que é o momento das comunidades se organizarem. Para gente ter mais conhecimento do nosso direito. Sempre vieram com divisão de coisas para as lideranças e eles aceitavam, assim estava bom, eles nem sabiam dos nossos direitos. Aí a importância da gente se organizar”.

A participação das lideranças na construção do PGTA foi considerada um ponto importante, pois elas são respeitadas e conseguem envolver as comunidades.

5.2. Etnomapeamento – trabalhando nos mapas

Para introduzir a conversa sobre os mapas o facilitador exibiu um filme - Etnomapeamentos nas terras indígenas do Acre - que conta um pouco sobre como alguns povos indígenas do estado do Acre estão se organizando para fazer o mapeamento das TIs deles. Após a sessão seguiu-se uma conversa em que os principais pontos levantados foram: o desconhecimento dos limites das TIs por parte dos indígenas Arara e Juruna (principalmente os jovens), ideias para um projeto de plantio de frutíferas (o facilitador mencionou os Saf – Sistemas agroflorestais que apareceram no filme e explicou que os indígenas desta região fazem formação de agentes agroflorestais, em geral jovens, para que atuem nas suas TIs), e a importância da participação das mulheres na gestão territorial.

O trabalho de mapeamento das Terras Indígenas Arara da VGX, Paquiçamba e Juruna do Km17 se iniciou lá atrás, com algumas ações do PGTI – Programa de Gestão Territorial Indígena da executora e a ideia nesta oficina foi avançar neste mapeamento. Quem não participou dos anteriores teve a oportunidade de participar durante a oficina. Importante registrar que nesta ocasião o professor Natanael da aldeia Miratu trouxe seus alunos da escola da aldeia para a atividade.

O facilitador propôs que a turma listasse tudo que é importante ser mapeado. Enquanto o grupo fez as sugestões o facilitador anotou no flip-chart (**Figura 10**):

- ilhas
- castanhais
- furos
- igarapés
- rios
- limite das terras
- aldeias
- pontos de pesca
- pontos de caça (trilhas)
- barreiro
- locais de atração de caça
- pontos de espera de caça
- varedas e piques de caça
- grotas – açai, caça, coleta, pedral e perema (quelônio), jeju, traíra, poraquê, cascudo, jabuti, inajá, tucumã, cedro, parnaíba, andiroba, caju, cipó (escada, timbó, escada, titica), cascalho, água, acapú, galinha d' água, castanha, sapucaia, banana brava, copaiba, cupu, gameleira, babaçu, pariri.
- açazal
- gapó (com água) e baixão (na seca) – golosa, pitomba, seringa, olho de boi, abiu, tucum, cajá, ata, ingá, cipó timbó, piracema (não tem mais por conta da barragem).
- sarobal – sarão, caferana, goiabinha de junho, favera, goiaba de janeiro, maria preta, tartaruginha, oxirana, jenipapo, bananinha, melosa, jacitara, gordião, socoró, tracajá, fofinho, carizinho.
- praia - ovo de tracajá e tartaruga, ovos de pássaros, marreca, ovo de bode;
- lago (no meio das ilhas) – tracajá, tucunaré, pacú, jacaré, curimatá, poraquê, ariranha, piau, piranha.
- poço – pescada, jaú, peixes de couro, tracajá, local bom para pesca.

- cachoeiras – cari ornamental, cari de consumo (carizão), curipité, cará, matrinchã, pacu seringa, tucunaré, arraia, piau, cachorra, surubim.
- pontos de pesca de peixes ornamentais
- praias para banho
- pedrais
- sequeiros - pontos de referência para navegação
- restingas (tinham, agora não vai ter mais)
- golosal
- bacabal
- morros – oxi , pequi, andiroba, acapú, copaiba, murici, tatajuba, tuari, amapá, ipê, cumaru, cedroarana, maracatiara, jambre, sucuba, tuari, amarelão, itaúba.
- locais históricos
- cemitérios
- ameaças / áreas de risco – pescador, fazendeiro, colono, invasores, turistas, caçadores, madeireiros, garimpeiros, mineração, estradas, aumento da população pelos empreendimentos, beiradeiros.
- roças e juquiras
- coleta de plantas medicinais
- pomares

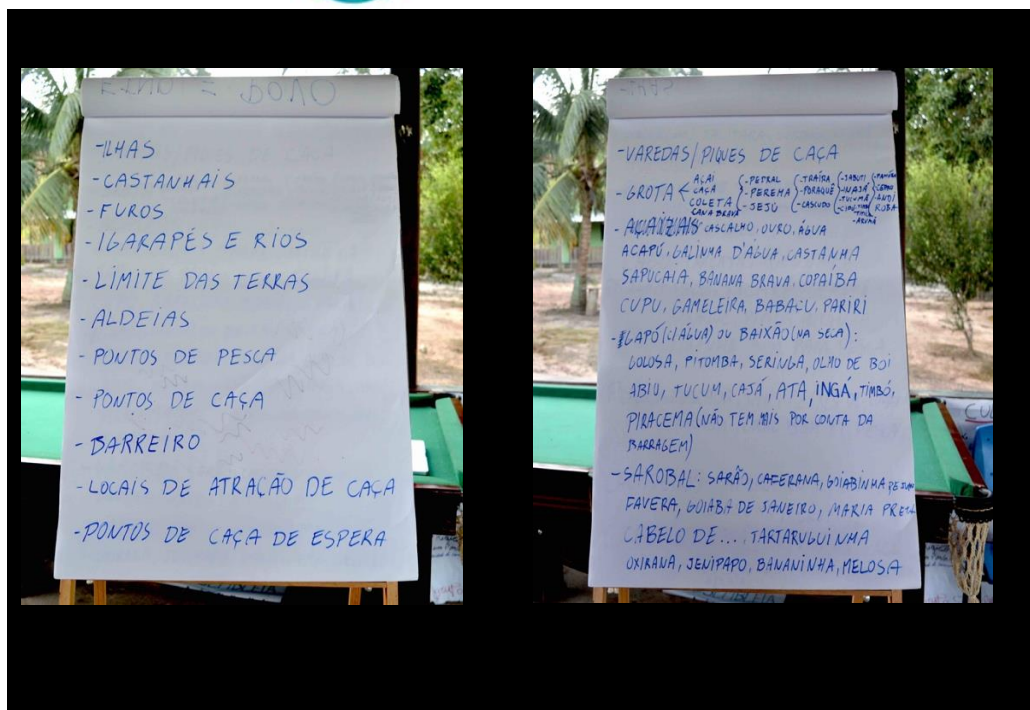


Figura 10. Lista de alguns dos pontos a serem mapeados. 15/06/2016

O facilitador propôs que se fizessem mapas temáticos, ao se agrupar por temas os pontos listados. Os eixos escolhidos foram os seguintes (**Quadro 6**):

Quadro 6. Eixos temáticos dos mapas

Eixos dos mapas
Ameaças
Pesca
Caça
Roças
Coleta e Ambientes (poços, furos, morros, gapós, sarobal, cachoeiras)
Locais históricos

Em seguida, a próxima atividade consistiu na divisão dos indígenas em dois grupos: Al Juruna do Km 17 e TI Paquiçamba para o trabalho com os mapas. Nesta tarde os Arara da TI Arara da VGX não puderam estar presentes, e a proposta do facilitador é que eles trabalhem na complementação do mapa da sua TI durante as atividades no período de dispersão (**Quadro 7**).

Quadro 7. Grupos de Trabalho - Mapeamento

Grupos de Trabalho

Grupo 1 – AI Juruna do Km 17 (Gilvany e Telma)

Grupo 2 – TI Paquiçamba (Natanael, Ozimar, Eliete, Gelson, Antônio, Carlos, Cleison, Arlete, Manuel)

Após os trabalhos nos grupos, um representante de cada TI apresentou para o coletivo o trabalho de mapeamento realizado (**Figuras 11 e 12**). Os pontos mapeados na TI Paquiçamba foram: locais de moradas não juruna (limites da terra), canais, cachoeiras, furos, comunidades não-indígenas, base operacional, rancho de pesca não-indígena, área de caça, invasão, açazal, estrada, roças de todas as aldeias, ilhas, piques, rotas de pesca. Na AI Juruna do Km 17 o trabalho consistiu em mapear as roças, igarapé, área de coleta de açaí e residências. Importante dizer que os Juruna adquiriram recentemente uma nova área de cerca de 3.300 ha não contínua e com mata preservada. Esta área nova ainda não foi ocupada efetivamente, mas eles já fizeram uma casa e estão caçando e plantando no local. Segundo Gilvany existe uma estrada que passa dentro da área.



Figura 11. Trabalho de mapeamento. 16/06/2016



Figura 12. Gilvany apresenta trabalho de mapeamento. 16/06/2016

6. Diagnóstico e planejamento: forças, oportunidades, fragilidades e ameaças na gestão territorial indígena

Ao longo dos dias de encontro muito se falou a respeito dos problemas, impactos e desafios a serem enfrentados pelos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu na gestão de seus territórios. A proposta do último dia de oficina foi avançar na sistematização das discussões acumuladas nos dias anteriores. Para isso, os participantes trabalharam na elaboração da matriz FOFA – Forças, Oportunidades, Fragilidades e Ameaças. A atividade foi realizada em dois momentos distintos e subsequentes, no primeiro, os participantes deveriam identificar as ações relacionadas à construção do PGTA por meio da pergunta geradora "O que ajuda e o que atrapalha a gente a cuidar da nossa terra?" e, posteriormente, deveriam gerar propostas de intervenção sobre itens priorizados dentre os diversos fatores identificados.

A proposta de utilização da ferramenta FOFA no contexto da construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Arara da VGX, Paquiçamba e Al Juruna do km 17 é entender a perspectiva que os participantes possuem sobre gestão territorial no contexto atual e identificar temas que subsidiarão a construção do PGTA.

6.1. O que ajuda e o que atrapalha a cuidar das nossas terras?

Os participantes da oficina foram divididos em dois grupos. Um grupo deveria registrar em filipetas o que ajuda a cuidar das terras e o outro o que atrapalha. O trabalho nos grupos permitiu aos participantes identificarem os fatores positivos e negativos que interferem na gestão territorial. Cada grupo elegeu um ou mais de um representante para expor os fatores levantados para o coletivo (**Figuras 13 e 14**)

Os **Quadros 8 e 9** trazem a sistematização das informações coletadas

Quadro 8. O que ajuda a cuidar das nossas terras?

O QUE AJUDA A CUIDAR DAS NOSSAS TERRAS?		
O que?	Comentário	Quem expôs
Parceria com as ONG's	Lá no Miratu a gente tem parceria com o ISA e ajuda muito para fazer projetos.	Gelson
Resgate da cultura	Para a gente ser respeitado; também ajuda a trazer recurso para dentro da comunidade, por ex. artesanato.	Gelson
Caça	Para alimentação e também para vigiar o território e impedir invasões.	Gelson
Estrada	Em caso de doença e emergência. Antes era muito difícil ir pelo rio na volta grande para chegar na cidade para buscar hospitais.	Gelson
Diálogo com a prefeitura	Incentivo deles, apoio, encontros, projetos de educação.	Gilvany
Capacitação de indígenas na gestão territorial	É o que estamos fazendo aqui. Isso ajuda bastante.	Gilvany
Incentivo das políticas públicas	Muito importante para gente, exemplo de política pública: PNAE.	Gilvany
Poços das aldeias	Muito bom. Na aldeia Paquiçamba era uma aldeia alta, para ir na beira do rio era difícil, e a gente não sabia a qualidade da água, então poço é bom.	Gilvany

PPTMX – Projeto de Proteção de Terras do Médio Xingu	Eu, Gelson e Cleison participamos e estamos contratados para fazer esse serviço na área indígena de proteção, fiscalizar a estrada dos madeireiros e o rio dos pescadores. Ainda não estamos fazendo essa atividade mas já estamos contratados. Previsão de começar no final desse mês (junho/2016).	Gilvany
PNAE	Aconteceu na TI Juruna do Km 17. Contrato de aquisição de alimentos da produção dos indígenas.	Gilvany
Intercâmbio cultural dos indígenas		Gilvany
Feira de mostra de artesanato dos indígenas	Aumenta o conhecimento dos não índios sobre a cultura dos indígenas.	Gilvany
Postos de saúde indígena nas aldeias	Melhora a saúde.	Gilvany
Meio de telecomunicação e internet		Gilvany
Participação dos indígenas em seminários, cursos e workshops	Aprimorar conhecimentos.	Gilvany
Ensino médio que vai ser implementado nas aldeias		Gilvany
Luz pra todos	Ajuda a conservar alimentos. Ajudar a todos em igualdade pois todos tem.	Eliete
Professor contratado Indígena		Eliete
Pesca	Modo sustentável dos povos indígenas de buscar alimento, muitos jovens aprendem com a pesca. Modo de fiscalizar a terra	Eliete

	dos indígenas.	
Conhecimentos dos mais velhos	Jovens não tem muito. Ajuda muito no resgate da cultura e a conhecer o território.	Eliete
Reunião de orientação nas aldeias	Ajuda a ter o conhecimento de algumas coisas que não tínhamos antes.	Ronaldo
Formação dos AISAN		Ronaldo
Aquisição de novas áreas km 17 e ampliação TI Paquiçamba		Ronaldo
Transporte terrestre	Ajudou bastante.	Ronaldo
Mostras de culinárias indígenas	Acontece no km 17.	Ronaldo
Meios de subsistência através da criação de animais e agricultura familiar		Ronaldo
Produção de artesanato	A gente faz o artesanato, se dedica e tem uma renda.	Ronaldo

Quadro 9. O que atrapalha a cuidar da nossas terras?

O QUE ATRAPALHA A CUIDAR DAS NOSSAS TERRAS?		
O que?	Comentário	Quem expôs
Alcoolismo		
Estrada	Por mais que tenha trazido benefício, ela facilitou a saída dos jovens para buscar bebida e facilitou a entrada de outras pessoas nas TIs.	Adalton
Desmatamento	Os grandes fazendeiros são os maiores desmatadores.	Adalton
Falta de esclarecimento do que vem de fora	Muitos projetos vem e a gente não compreende.	Adalton
Muitas facilidades	Estamos perdendo o costume de aprender a	Adalton

	pescaria. Porque o jovem tem tanta facilidade que ele não quer andar no mato. Perda da pescaria, caçada, não saber andar no mato.	
Falta de diálogo com governo	Hoje é muito difícil ter uma reunião com o governo. Muitas vezes se marca uma reunião e eles não estão presentes.	Adalton
Pouco compromisso dos indígenas	Muitos indígenas não participam das reuniões e das fiscalizações das TIs. Com a facilidade eles saem e não ajudam seu povo a proteger a TI.	Adalton
Desunião	Acontece muito das pessoas defenderem apenas os seus próprios interesses.	Adalton
Perda de costume	É uma preocupação. Os jovens estão tendo muitas facilidades hoje, estão perdendo o seu costume. Antigamente eu me lembro todos os jovens sabiam pegar num arco para flechar. Hoje os jovens não sabem, não sabem jogar nem uma tela. Daqui uns anos, será que eles vão saber entrar no mato para fazer uma precisão? Isso é muito preocupante.	Ozimar
Falta de diálogo entre nós	As pessoas estão fazendo muitas coisas, estão muito ocupadas.	Ozimar
Muitas ocupações	Os indígenas têm tido muitos compromissos.	Ozimar
Grandes empreendimentos	Antigamente a gente não via essas empresas aqui na região. Ex: Belo Sun, Norte Energia.	Manuelzinho
Invasões	Pescadores.	Manuelzinho
Sujeira no rio	Depois da hidrelétrica de Belo monte o rio ficou mais sujo, morreu muito peixe.	Manuelzinho
Muitas reuniões	Quase toda semana tem	Manuelzinho

	reunião para nós, e a gente não ganha nada.	
Seca do Rio Xingu	Antigamente a gente achava que para pescaria seria mais fácil, mas a gente viu que hoje a maioria dos peixes são doentes. Além da dificuldade que temos E a dificuldade de se locomover.	Jesiane
Diminuição do peixe	Antigamente tinha muito peixe. Hoje a água está poluída, o rio secou e os peixes estão poluídos.	Jesiane
Falta de interesse dos jovens	Hoje os jovens não querem saber de participar das reuniões, praticamente de nada. Não querem fazer mais o que os mais velhos fazem.	Jesiane
Falta de projeto nas TIs		
Falta de um olhar para a educação e saúde	Nos postos de saúde faltam materiais e remédios (há remédios vencidos). Nas escolas faltam: material escolar e merenda.	Jesiane
Fazendeiros	Os fazendeiros (vizinhos) fazem a cerca e, se um boi atravessa a estrada e alguém da aldeia mata e leva, o fazendeiro acha ruim, mas não devia achar por que ele tem que fazer a cerca e não deixar o boi dele passar.	Jesiane
Falta de políticas públicas com compromisso	Todos os nossos governantes sabem dos problemas que nos afetam. Quando eles vão fazer os projetos, já fazem enrolando a gente. Chegam com uma teoria muito linda, a gente assiste, perde tempo e na hora da prática não funciona. Nem na saúde, nem na alimentação, deixam sempre a gente precisando.	Jesiane
Caçador	Muitas vezes as pessoas param na nossa área para caçar e eles acham que é um lazer, mas pra nós é uma perda. Mesmo que a terra	Jesiane

	seja pequena, as pessoas perto da cidade buscam a terra que está na frente deles. Como estamos perto da estrada fica fácil.	
Falta de compromisso do nosso povo.	Foi o Aduato que colocou este item mas eu discordo, acho que a gente tem compromisso, as vezes falta conhecimento. Falta alguém do nosso lado pra explicar a verdade, o risco que vamos correr.	Marineide
Falta de emprego/projetos de geração de renda dentro das comunidades	Eu coloquei isso porque, há uns 2 ou 3 anos atrás, eu falei da falta de emprego. Ficaram sorrindo, mas essa falta de emprego é muito séria, nossos maridos saem por que não tem serviço na aldeia. Para os jovens também, porque não tem emprego na aldeia e eles vão saindo, e vai faltando gente para fiscalizar a terra.	Aldenira
Coleta e separação do lixo no 17		Aldenira
Aumento de mosquitos		Aldenira
Falta de acompanhamento da Funai		Gelson
Discriminação	Eu acredito que discriminação com a gente deve ter acontecido, mas hoje em dia mudou muito. Hoje muitos brancos querem ser indígena. (Gelson). Tem discriminação em todo canto, até dentro da aldeia (Marizan).	Gelson
Falta de lixeiras e coleta de lixo	Falta de coleta. Não adianta só lixeira, precisa da coleta.	Gelson

Falta de ensino médio nas aldeias		Gelson
-----------------------------------	--	--------

Ao final da montagem do quadro respondendo à questão: “o que ajuda e o que atrapalha a cuidar das nossas terras?” a moderadora comentou que ficou bastante contente pois foram enumerados muitos fatores que ajudam a cuidar das terras. Os fatores que ajudam são pontos positivos que fortalecem os indígenas e se não são trabalhados, podem virar pontos negativos.



Figura 13. Trabalho no painel de moderação: o que ajuda e o que atrapalha a cuidar das nossas terras.



Figura 14. Marineide (aldeia juruna do Km 17) fala sobre o que ajuda e o que atrapalha a cuidar das terras.

6.2. Matriz FOFA

Na continuidade da atividade, a moderadora explicou que agora os participantes deveriam auxiliar a organizar os fatores que ajudam e que atrapalham no painel de moderação a partir do seguinte critério: o que depende dos indígenas (internos) e o que não depende só deles (externos) – **Figuras 15 e 16**. A identificação de fatores positivos e negativos que interferem na gestão territorial e sua classificação em internos e externos permitiu identificar as forças e oportunidades, fragilidades e ameaças, conforme detalhado no **Quadro 10**:

Quadro 10. Matriz FOFA

MATRIZ FOFA	
O que depende de nós	O que não depende só de nós
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos jovens - Caçar - Conhecimento dos mais velhos - Produzir artesanato indígena - Pescar - Força de vontade e interesse - Produção de hortaliças - Realizar mostra de culinária indígena 	<ul style="list-style-type: none"> - Parceria com as ONGs - Estrada - Diálogo com a prefeitura - Capacitação de indígenas na gestão territorial - Feira de mostra de artesanato indígena - Intercâmbio cultural entre os povos indígenas - Associações regularizadas - Professores indígenas contratados - Luz pra todos - PPTMX – Plano de Proteção Territorial do Médio Xingu com participação indígena - PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - Transporte terrestre e aquático - Aquisição de nova área ou território indígena - Participação dos indígenas em seminários ou encontros - Formação dos AIS e AISAN - Poços na aldeia - Início do ensino médio nas aldeias - Meios de telecomunicação: internet - Educação - Reunião de orientação na aldeia - Postos de saúde indígena na aldeia - Meios de subsistência através da criação de animais e agricultura familiar - Incentivo das políticas públicas
FRAGILIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Desunião - Falta de diálogo entre nós - Falta de interesse dos jovens - Pouco compromisso do nosso povo - Falta de diálogo com o governo 	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes empreendimentos - Alcoolismo - Estrada - Aumento de pragas - Invasões (caçadores, etc)

	<ul style="list-style-type: none"> - Fazendeiros - Sujeira no rio - Pouco compromisso dos órgãos de governo com os indígenas (Funai, Sesai, Semed, Prefeitura, etc.) - Desmatamento - Falta de esclarecimento do que vem de fora - Seca do rio Xingu (dificuldade nos peixes e locomoção) - Falta de políticas públicas com compromisso - Falta de olhar mais a educação e a saúde (material escolar de qualidade, posto de saúde sem material) - Outras ocupações - Muitas facilidades - Diminuição dos peixes - Falta de projetos de geração de renda - Discriminação dos povos indígenas - Falta de ensino médio nas aldeias - Falta de coleta de lixo - Falta de projetos cumpridos nas TIs - Muitas reuniões
--	--



Figura 15. Processo de construção da matriz. 16/06/2016

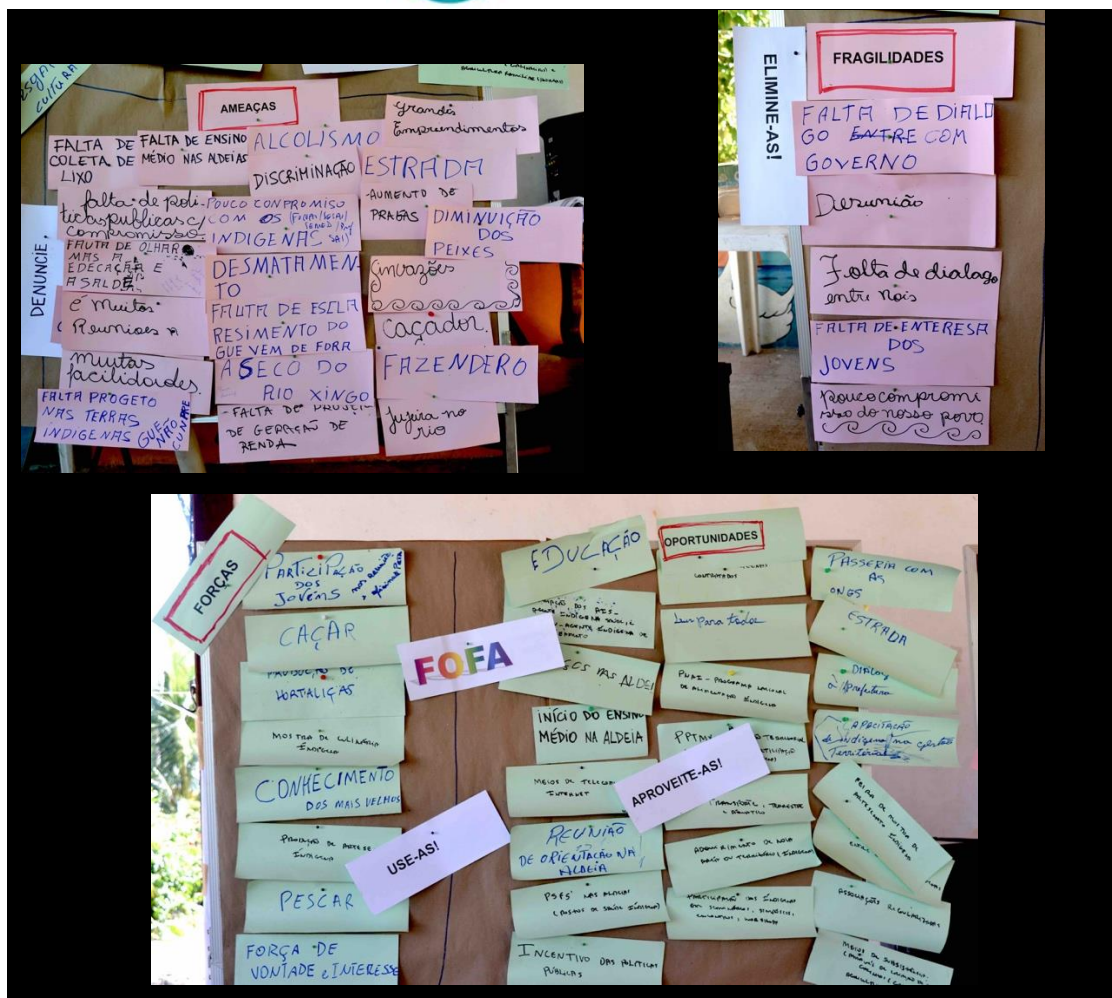


Figura 16. Detalhes da matriz FOFA. 16/06/2016

6.3. Observações e alguns pontos discutidos

Dentre todos os fatores classificados entre internos e externos dois deles ficaram fora do quadro: (i) resgate da cultura e (ii) perda dos costumes, por serem considerados internos e externos ao mesmo tempo, ou seja, dependem de parcerias e de apoio externo, mas também do trabalho intensivo das comunidades indígenas.

Durante o trabalho na classificação dos fatores, alguns pontos geraram debate. O fator: “Falta de emprego/projetos de geração de renda dentro das comunidades” foi um deles. Eliete questionou os participantes se todos têm que ser assalariados nas aldeias. Aldenira reforçou sua posição de que é preciso que haja emprego e fontes de renda dentro das aldeias para evitar que os jovens queiram morar nas cidades. Uma alternativa para a saída dos jovens das aldeias apontada em mais de uma fala foi a criação de projetos de geração de renda em parceria com ONG’s e empresas. Marineide do Km 17 mencionou o projeto PNAE de produção de alimentos para a

merenda escolar como uma ação que já é realizada dentro da aldeia onde vive. Ozimar se mostrou preocupado com a saída dos jovens e disse que de nada adianta sair das terras: “(...) hoje tem muito índio do sul que abandonou suas terras por causa de emprego e hoje estão atrás de suas terras”.

Outro ponto de debate suscitado pela necessidade de pensar as ações a serem realizadas pelos povos foi a forma como as comunidades devem organizar suas ações e a importância da participação das lideranças nesse processo. Marizan expôs seu ponto de vista afirmando que para todas as ações que listaram, mesmo as que classificaram como externas, “(...) se tiver vontade, depende só da gente. Se tiver vontade para tudo não depende dos outros não”. Discutiu-se se as ações devem partir das lideranças ou não. Alguns participantes pensam que sim, outros afirmaram que as comunidades não podem depender muito das lideranças. Ronaldo e Adalton, lideranças Juruna e Arara falaram da importância da participação da comunidade: “A gente enquanto liderança precisa da manifestação da comunidade. Que a comunidade se imponha, para fortalecer o que a liderança está fazendo. Precisa haver diálogo. Não só ficar lá, dizendo: vai lá, vai lá” (Adalton). A moderadora questionou os participantes sobre o que é ser liderança e qual seu papel. Falou-se bastante a respeito do diálogo entre comunidade e liderança, que as duas devem trabalhar juntas, e no que significa “falar em nome” ou “representar” a comunidade, que é diferente de fazer o trabalho sozinho ou “mandar” na comunidade.

6.4. Exercício de Plano de Ação

A moderadora questionou os participantes com a seguinte questão: “Para quê serve esse instrumento da FOFA?”. As respostas apontaram para a necessidade de planejamento para enfrentar os problemas. Adalton comentou que com a Matriz FOFA é possível visualizar os erros, os acertos e os problemas que terão no futuro. Com a matriz pronta, o próximo passo consiste em atividades de planejamento e detalhamento das ações para enfrentar os desafios. A moderadora propôs um exercício de planejamento e sugeriu que trabalhassem com o fator: “Conhecimento dos mais velhos” que ficou alocado no item “Força” da Matriz. O resultado do exercício encontra-se detalhado no **Quadro 11** abaixo:

Quadro 11. Exercício de plano de ação

PLANO DE AÇÃO					
O que?	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?	Com quem?

					(parceiros)
Compartilhar o conhecimento dos mais velhos	Expedição no território	Escola (professor), Associação (presidente e secretário)	3ª. Semana de agosto		
	Oficina de artesanato				
	Registrar				
	Divulgação dos registros nas escolas				
	Trocas de saberes				

7. Avaliação

A avaliação do curso foi realizada a partir da seguinte atividade: cada participante recebeu duas tarjetas onde escreveu o que “gostou e quer levar” e o que “não gostou e quer que melhore”. Cada participante expôs o que escreveu em cada tarjeta, conforme pode ser visualizado no **Quadro 12** a seguir:

Quadro 12. Avaliação dos participantes

AVALIAÇÃO	
Gostei quero levar	Não gostei quero que melhore
Conhecimento (Eliete)	A falta de participação dos mais jovens (Gylvani)
Visita dos parentes (Carlos)	Saída dos parentes antes do final do curso (Ronaldo)
Oportunidade de participar, aprendizado do conhecimento para poder cobrar as coisas que precisamos cobrar (Ozimar)	Faltam estratégias para conversar e ter a participação dos mais jovens (Marineide)
Fala dos parentes e aprendizado com eles (Ronaldo)	Descobri que ao invés de termos melhorias, temos muitos problemas pra enfrentar daqui para frente (Gelson)
Entender o que gente pode resolver por nós mesmos (Arlete)	Não gostei de algumas palestras (Marizan)
Gostei da primeira oficina que a Verthic promoveu (Manuel)	Que não participei dos outros dias e que os jovens não participaram (Jesiane)
Quero levar ricas propostas que aqui levarei para os jovens e conversarei com meus tios mais velhos (Marineide)	Faltou lideranças de algumas aldeias (Cleison)
Das brincadeiras durante a oficina, trocas de experiência, de conhecimento e participação de todos (Gelson)	Que eu não pude participar de todos os dias (Manuelzinho)
De algumas palestras (Marizan)	Mais locais de alojamento para os indígenas

	(Telma)
Foi bom para nós nos unirmos mais (Antônio)	
Gostei de participar do último dia (Jesiane)	
Adquirir conhecimento, troca de conhecimentos com Juruna, o conhecimento multiplicou (Adalton)	
Palestras, intercâmbio cultural entre os povos, das palestras voltadas para os projetos, conhecimento, experiência de convivência dos povos indígenas, aprendizagem, diálogo (Telma)	
Conhecimento e aprendizado de coisas que não sabia (Luis Bereca)	
Por que foi uma oficina aberta, para falar e esclarecer dúvidas onde todos puderam falar. Gostei da cozinheira e quero levar para mim (Aldenira)	
Gostei da troca de saberes (Valdelena)	
Do conhecimento adquirido, da troca de conhecimentos entre os parentes e do diálogo entre Arara e Juruna (Cleison)	
Gostei de participar do último dia (Manuelzinho)	